

Hugo Mari, Ivete Walty, Maria Nazareth Soares Fonseca
(Organizadores)

Ensaaios sobre LEITURA 2



Belo Horizonte
2007

Copyright © 2007 Hugo Mari, Ivete Walty, Maria Nazareth Soares Fonseca (Organizadores)
Todos os direitos reservados pela Editora PUC Minas. Nenhuma parte desta publicação
poderá ser reproduzida, sem a autorização prévia da editora

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
GRÃO-CHANCELER: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
REITOR: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
VICE-REITORA: Patrícia Bernardes
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E DE PÓS-GRADUAÇÃO: João Francisco de Abreu

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Cláudia Teles de Menezes Teixeira
ASSISTENTE EDITORIAL: Maria Cristina Araújo Rabelo
REVISÃO: Darlene Ávila Figueiredo
PROJETO GRÁFICO, CAPA, DIAGRAMAÇÃO E FOTOLITO DO MIOLO: EMS editoração eletrônica

CONSELHO EDITORIAL: Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdalla (USP); Carlos Reis
(Universidade de Coimbra); Dídima Olave Farias (Universidad del Bío-Bío – Chile); Evandro
Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José
Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Lélia Parreira Duarte (PUC Minas);
Leonardo Barci Castriota (UFMG); Maria Lúcia Lepecki (Universidade de Lisboa); Philippe
Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF); Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira
de Mello (UFBA)



Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E59 Ensaaios sobre leitura 2 / Hugo Mari, Ivete Walty, Maria Nazareth
Soares Fonseca (organizadores). – Belo Horizonte: Editora PUC
Minas, 2007.
368p.

ISBN 978-85-60778-11-9
Bibliografia.

1. Leitura – Discursos, ensaios, etc. 2. I. Mari, Hugo. II. Walty, Ivete;
III. Fonseca, Maria Nazareth Soares. IV. Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais.

CDU: 371.13

EDITORA PUC MINAS: R. Pe. Pedro Evangelista, 377 - Coração Eucarístico - 30535-490 - Belo Horizonte - Minas Gerais
- Brasil - Tel.: 55 (31) 3375.8189 - Fax: 55 (31) 3376.6498 - e-mail: editora@pucminas.br - www.pucminas.br/editora

Dylia Lysardo-Dias

LYSARDO-DIAS, Dylia. O discurso do estereótipo na mídia. In: EME-DIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Org.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 25-36.

PLANTIN, Christian (Org.). *Lieux communs, topoi, stéréotypes, clichés*. Paris: Éditions Kimé, 1993.

SOARES, Magda Becker. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, R.; SILVA, Ezequiel T. (Org.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 18-29.

Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor

Wander Emediato

EM UM TEXTO PUBLICADO na revista francesa *Verbum* da Universidade de Nancy, Rodolphe Ghiglione (1984) propôs uma reflexão interessante sobre o conceito de “contrato de comunicação”, categoria já presente nas publicações de Patrick Charaudeau (1984) e mencionada como “contrato de leitura” em Eliseo Veron (1984) e na semiótica greimasiana (GREIMAS, 1976). Alguns princípios norteiam esse conceito na análise do discurso: a) a comunicação funciona como um dispositivo de enunciação; b) esse dispositivo comporta traços da relação comunicativa identificáveis nas figuras de seus enunciadores e destinatários; c) toda enunciação é negociada e objeto de regulação entre as duas instâncias, de produção e de recepção; d) a observância dos parâmetros contratuais mantém a interação e a inobservância deles leva à sua ruptura.

Ghiglione faz, porém, uma distinção interessante entre “situação potencialmente comunicativa” (SPC) e “contrato de comunicação” (CC) efetivo. Uma situação é potencialmente comunicativa quando os sujeitos A e B (interlocutores) são ligados por

interesses (*enjeux*). Tal é a condição mínima e suficiente para que haja uma SPC. Contudo, para que uma SPC se transforme em contrato de comunicação efetivo, um certo número de regras devem ser observadas e colocadas em operação (regras conversacionais, leis do discurso, saberes compartilhados etc.).

Ghiglione está interessado em analisar os processos de validação operando ao longo de uma interlocução, validação que é responsável pelo estabelecimento de diálogos regulares. Sem validação, impõem-se ações de ajustamento e de regulação ao risco de perder-se o diálogo regular e impor-se a ruptura.

O problema levantado por Ghiglione foi menos debatido do que se devia, pois encontramos nele um aspecto fundamental para a análise crítica do próprio conceito de contrato de comunicação e de seu alcance para a análise do discurso moderna e, no caso que nos interessa aqui, para o estudo dos investimentos de leitura ou de um contrato de leitura capaz, inclusive, de abrir caminho para estudos efetivos sobre a recepção. Um aspecto torna-se, nessa perspectiva, fundamental para a compreensão dos processos de interação: os jogos de validação que intervêm em diferentes momentos de uma interação, colocando em evidência acordos e negociações sobre a construção do sentido entre os interlocutores. Assim, uma situação é potencialmente comunicativa quando ela consegue reunir as condições necessárias para ligar os interlocutores por interesses comuns pela interação, e, a partir daí, cada momento evidenciará a seleção de parâmetros contratuais (temas, maneiras de dizer, posicionamentos, saberes e valores compartilhados, socioletos, respeito a certas regras conversacionais etc.) que, objetos de avaliação recíproca, são *validados* (efetivando contratos) ou *não validados* (rompendo a interação ou exigindo ajustes).

Com efeito, a validação parece constituir um momento primeiro e fundador do reconhecimento à palavra do outro. Mas Ghiglione faz questão de ressaltar que numerosas situações não

permitem uma validação efetiva no momento em que ocorrem as enunciações, como nas interlocuções. Como tornar operacional o conceito de validação em situações de comunicação não interlocutivas, ou seja, em situações monolocutivas (imprensa escrita, pronunciamentos na televisão, livros impressos, discursos políticos, peças publicitárias etc.)? Nessas situações, os textos são produzidos em um momento anterior ao de sua recepção, o que impede sua validação imediata e, por conseqüência, a exigência, no ato mesmo de comunicação, de ajustamentos e de seleção de parâmetros que efetivamente atendam às reações do receptor das mensagens. Embora validações possam ser medidas *a posteriori* (no voto de eleitores ou na queda de vendas de um jornal), elas não são capazes, como no caso das interlocuções, de modificar o curso da produção e evitar, por exemplo, que certos temas sejam introduzidos ou, ainda, que sejam tratados de uma maneira e não de outra.

Uma maneira de tratar esse problema é, como propõe Ghiglione, pensar que as situações não interlocutivas supõem uma validação *a priori*, ou seja, elas tratariam as situações potencialmente comunicativas como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação efetivos. Nas palavras de Ghiglione (1984):

Toda validação sendo nesse caso indireta e fora do campo da interlocução, pode-se estimar que a definição de interesses (*enjeux*) comuns seja a única garantia que possui o locutor da eventualidade de que o contrato de comunicação que ele inicia será levado a seu termo, e entretanto o locutor age como se o contrato já estivesse sempre lá. (p. 188; tradução nossa)

Nosso objetivo aqui não é avaliar exaustivamente o problema levantado por Ghiglione, mas partir de sua discussão para avaliar mais apropriadamente o conceito de contrato de comunicação aplicado em situações monolocutivas, pensando mais particularmente na situação de leitura. Com efeito, em situações interlocutivas nós temos as duas instâncias locutor/alocutário

atuando face a face, o que nos permite a análise do produto final produzido por ambos e, sobretudo, a análise das intervalações e regulações que intervêm ao longo da interação conjunta. Já nas situações monolucutivas registra-se uma significativa diferença: o destinatário (leitor) é uma figura imaginária inscrita em filigrana na página através de índices e marcas que funcionam como traços de inferências abduativas do processo de produção sobre a instância ideal de recepção. Nesse sentido, a figura imaginária de destinatário atua como instância pré-validante, conforme a imagem desenhada pelo produtor, reagindo apenas por abdução. Observação: na interlocução também são feitas inferências abduativas sobre o locutário, mas este pode recusá-las no decurso da interação, obrigando o locutor a transformar e refazer o seu discurso. Já o texto produzido na situação monolucutiva não será refeito se o leitor discordar de algum modo de dizer.¹

Um aspecto importante parece ganhar um valor maior nas situações monolucutivas: a influência. Se nessas situações a imagem de destinatário está já inscrita como se correspondesse a uma validação e a uma conformidade, o leitor encontra-se diante de um texto que o interpela identitariamente como “feito para si”. Em outras palavras, essas situações impõem ou sugerem ao destinatário assumir certas posições determinadas de leitura. O texto busca assim a conformação do leitor, como uma receita de cozinha se constrói em conformidade com os parâmetros da boa

¹ Poder-se-ia objetar que as cartas de leitores funcionariam como reações interlocutivas ao texto produzido em tempo diferido, cumprindo a função, portanto, de validação ou não validação. Essa objeção deveria, porém, considerar que: a) as cartas de leitores, embora se refiram em geral a textos publicados no suporte, são objetos de seleção criteriosa; b) constituem praticamente um novo tipo situacional dentro do suporte e, portanto, uma nova SPC em busca de efetivação de um contrato de comunicação; c) são em muitos casos objeto de edição, com supressão de partes, mudança de termos etc. Trata-se, assim, mais propriamente, de uma simulação de interlocução num tipo de situação que se caracteriza justamente pela ausência de interlocução.

cozinha. Nesse sentido, valoriza-se o princípio de influência nas situações monolucutivas pela sugestão que elas exercem sobre a pré-validação contratual. No caso dos discursos de informação, como na imprensa escrita, a pretensão à pré-validação supõe, por exemplo, que os jornalistas seriam os especialistas da tematização e da interpretação e, ainda, da cumplicidade simbólica. Há aqui ainda uma abordagem interessante do conceito de “contrato de leitura”, que exploraremos a partir de agora.

(I) PARÂMETROS DE PRÉ-VALIDAÇÃO (II) CONTRATO DE LEITURA

Um jornal brasileiro de grande circulação noticia em sua manchete o seguinte fato: “Carros oficiais com placas de bronze em Brasília não pagam multas”. O jornal, enquanto instância de produção do discurso, expõe, nesse ato de comunicação, sua finalidade de informar. Isso já parece bastar para que se apresente aí uma situação potencialmente comunicativa, já que liga instância de produção e de recepção por interesses (*enjeux*) comuns: transmitir um saber a quem não o tem, de um lado; buscar informação de quem a tem, de outro lado. Entretanto, isso não parece ser o bastante para que se efetive um diálogo regular, pois transmitir um saber a quem não o tem é apenas uma parte da finalidade do discurso da informação jornalística.

Tomemos como referência a definição de sentido que Oswald Ducrot propõe em numerosos artigos, como por exemplo em: “a descrição do sentido de um segmento S não são as informações trazidas por S, mas as continuações ou os encadeamentos discursivos evocados por S”. Se partirmos dessa definição, a informação acima de que “Carros oficiais com placas de bronze em Brasília não pagam multas” não vale pelo fato que ela descreve mas pelo que ela permite problematizar, ou seja, a continuação

para a qual tal informação está orientada. Essa problematização está inscrita em um lugar como a parte invisível do visível. Esse "invisível" inscreve o leitor da informação em uma posição de leitura determinada, "dizendo" como deve ser formalizado o contrato de leitura. Com efeito, não se trata aqui de qualquer leitor mas de um leitor particular, que só dará à notícia sua relevância se ele a validar, problematizando-a na direção prevista. O olhar avaliador interposto constrói um destinatário imaginado que reage imaginariamente ou virtualmente ao que o texto propõe.

O jornal de referência constrói a figura de seu destinatário como uma instância cidadã que, para inserir-se nesse contrato de leitura, deve interpretar algo identificado com essa figura. Nesse caso, é enquanto instância cidadã que o leitor deverá situar sua posição de leitura. No caso da manchete acima, a figura cidadã problematizará o fato dentro do domínio de avaliação ético e não dentro do domínio pragmático ou outro domínio qualquer. Fosse o interpretante o condutor interessado do carro oficial, ele não interpretaria no domínio ético. Provavelmente o faria no domínio pragmático, criticando o jornal pela notícia de um abuso que lhe interessa particularmente. Assim, essa posição pragmática não assumiria a posição de leitura requerida, não validando a problematização ética. Por isso, não seria formalizado o contrato de leitura, pois um parâmetro importante do contrato de comunicação não seria validado.

O campo de investigação dos parâmetros de pré-validação não se limita ao domínio da problematização axiológica, embora este constitua um dos níveis mais interessantes no estudo da leitura. Outros parâmetros devem ser levantados e podem ser reunidos em torno de algumas competências de leitura inscritas no texto como lugares de pré-validação:

- a) *Competência lingüística* (semântica, sintática, lexical, socio-letal): reconhecer e validar o significado dos enunciados, as formas de estruturação dos enunciados, o sentido das

palavras, os estilos e os falares comunitários e grupais. No texto, essa competência está inscrita como espaço de locução que define a figura do destinatário como possuidor de um modo de falar, de um vocabulário, capaz de fazer paráfrases lingüísticas² (substituições sinonímicas, reestruturação na ordem das frases, nominalizações etc.). A problematização que resulta dessa competência envolve um imaginário e uma identidade lingüística.

b) *Competência enciclopédica* ou *referencial*: reconhecer e validar saberes de conhecimento. No texto essa competência postula uma figura de leitor inscrita no espaço de tematização, figura imaginária capaz de fazer paráfrases referenciais, possuidora de um arquivo de saberes de conhecimento. Assim, o enunciado "O autor do contrato social era Suiço" prevê um leitor que possui o saber de que o autor do contrato social é Jean-Jacques Rousseau. O contrato de leitura inclui aqui esse saber enciclopédico que deve ser reconhecido e validado.

c) *Competência axiológica*: reconhecer e validar lugares sociais de posicionamento, *topoi*, sistemas de valores. Essa competência está inscrita no texto como um espaço de representação de valores e demanda uma figura de destinatário que assume posições, avalia saberes de crença que circulam na sociedade e reage a eles de maneira agonal. É essa competência axiológica que interpela o leitor de ficção em um contrato de leitura que o supõe capaz de avaliar os personagens por suas ações e qualificá-los como

² Vale lembrar aqui um dos trabalhos de referência sobre a paráfrase: o de Catherine Fuchs (1982), que propõe três modalidades de paráfrase - lingüística, referencial e pragmática - e, numa abordagem enunciativa, transfere o problema, até então limitado à análise das transformações possíveis no sistema da língua em termos basicamente de sinonímia lexical ou frasal, para o problema da interpretação do sentido dos enunciados, o que nos traz de volta ao problema das competências e da relação entre interlocutores.

bons ou maus, humanos ou desumanos, generosos ou mesquinhos, amáveis ou não. Vale ressaltar aqui que não se trata de interpelar os verdadeiros sentimentos, crenças ou valores de um indivíduo no mundo, mas valer-se de padrões avaliativos de uma figura de destinatário que, possuindo ou não tais posições enquanto indivíduo no mundo, as aplicará como leitor durante a leitura de uma narrativa. Nesse sentido podemos dizer que todo texto prevê a sua orientação interpretativa.

d) *Competência praxeológica* ou *situacional*: reconhecer e validar lugares da situação e seus esquemas de ação, *scripts*.

Essa competência inscreve-se no texto denotando um lugar social dos condicionamentos comunicativos e situacionais, construindo uma figura de destinatário capaz de agir adequadamente dentro do formato do texto e do gênero. Com relação, por exemplo, à leitura de jornal, essa competência praxeológica evidencia-se nos modos de leitura desse formato de texto, que prevêem desde um tipo específico de manipulação da página até uma temporalidade própria no consumo da informação. Mouillaud (2002) identifica vários lugares de inscrição de um pacto com o leitor de jornal, entre os quais citamos:

- Os instrumentos periódicos, como o jornal, são dotados de uma dupla identidade: o número e a coleção. Trata-se de uma identidade paradoxal: o número, que é parte da coleção, deve e pode ser lido como uma unidade suficiente a si própria. Ao mesmo tempo, ele pode remeter à coleção através, por exemplo, dos títulos anafóricos.
- O pacto supõe que o leitor de jornal pode comprar apenas a unidade (o número do dia). Nesse sentido, a informação jornalística difere da narrativa literária, que exige do leitor informações contidas numa estrutura de modo geral linear. Mesmo quando uma narrativa literária se

inicia pela cena final, sua reconstrução em *flash back* pode retomar a linearidade. O jornal deve permitir ao leitor limitar-se à unidade (o jornal do dia) sem ter de buscar refazer o percurso de toda a coleção de edições sucessivas do jornal. A temporalidade diária faz parte da esquematização de leitura da informação jornalística.

- A leitura do número corresponde à leitura atual. A leitura da coleção é virtual e supõe uma leitura historiadora.
- O jornal possui propriedades pragmáticas: o formato, a área da página, o próprio papel clamam por uma manipulação.

As competências supostas no leitor funcionam, portanto, como os parâmetros de uma validação *a priori* (ou pré-validação) e servem, para o analista do discurso, como os índices de construção da figura do leitor durante o processo de produção. Esse leitor figurado e imaginado clama pela identificação de um leitor empírico. Poderíamos dizer que essas figuras impõem ao leitor empírico suas posições de leitura, a dimensão interpretativa. Como a receita de cozinha impõe, além do saber-fazer culinário, um ideal da boa cozinha, o texto impõe, além do saber-ler, o ideal da boa interpretação e da boa manipulação das formas textuais e dos esquemas de leitura.

CONTRATO DE LEITURA E CUMPLICIDADE SIMBÓLICA

Todo texto possui regularidades que funcionam como signos-sintomas. Essas regularidades são portadoras de implícitos codificados e funcionam como signos simbólicos. Podemos imaginar um tipo de texto que se limitaria a oferecer um consumo do real puro? Hipóteses como esta são às vezes levantadas em relação à imprensa popular, aos relatos realistas de crimes e a narrativas de jogos de futebol. Sabe-se que esse debate é no mínimo

controverso. Se descrições ou relatos realistas podem sugerir um consumo de informação pura do real, a maioria dos textos jornalísticos (e também literários, políticos, religiosos, publicitários etc.) constroem-se sob a base de uma cumplicidade simbólica. Essa cumplicidade simbólica, por sua vez, é a base do contrato de leitura. Esse problema foi levantado por Veron (1984 *apud* TÊTU, 2002) a propósito da informação jornalística:

No discurso burguês, a "cumplicidade" diz respeito a um saber que está investido na ordem dos acontecimentos: o efeito de reconhecimento recai sobre o acontecimento, que é produzido como cultura no próprio momento em que se começa a dele falar. O discurso burguês não distingue, por um lado, um certo saber e, do outro, acontecimentos dos quais se ignora a existência até que o discurso no-la assinala [...]. Com relação ao acontecimento, o discurso burguês produz, sem mediação, um *eidós* [...]. A economia do discurso popular é bastante diferente [...], instaura um tipo de "real puro": é a ordem do acontecimento da atualidade.

O problema levantado por Jean-François Têtu a partir das reflexões de Veron é interessante, pois estabelece uma distinção entre dois tipos de consumo de informação, o da imprensa de referência, ou burguesa, e o da imprensa popular. Com efeito, a imprensa de referência associa instância de produção e instância de recepção em um contrato de leitura que insere o real num campo de problematizações socioculturais. O real não vale em si, ele vale pelo que significa dentro da relação de implicação que mantém com um certo campo da cultura. O contrato de leitura sugere, portanto, que o leitor seja capaz de ler o dado do real dentro dessa relação. Já na imprensa popular, o real é exposto como se tivesse valor em si mesmo, como se não houvesse uma continuação proposta em seu sentido, como se o leitor não tivesse de ler esse real relacionando-o com algum campo simbólico da cultura. Devemos fazer, porém, uma ressalva: trata-se apenas de um real simbólico distinto, que interpela o leitor em uma outra posição de leitura.

Sem negar o interesse dessa distinção, gostaríamos apenas de reposicioná-la dentro de uma reflexão proposta por Paul Ricoeur (1983) a propósito do ato de leitura. Em sua clássica análise do processo de significação, especialmente no âmbito da intriga e do texto narrativo, ele nos propõe refletir sobre três momentos ou três *mímesis*: *mímesis I*, ou figuração (pré-compreensão do mundo da ação), *mímesis II*, ou configuração (função de mediação), e *mímesis III*, ou refiguração (concluindo o ciclo no plano da interpretação). Ricoeur coloca em evidência a interdependência existente entre os processos de produção e de interpretação do sentido.³ Nessa perspectiva, o "real puro" atribuído ao tipo de informação proposto pela imprensa popular não será jamais puro, pois passa, como todo "real", pela experiência dos sujeitos através de esquemas de prefiguração narrativa. Esse real adquire também seu valor simbólico e torna-se objeto de mediação ao processo de interpretação. Podemos falar então de dois tipos de cumplicidade simbólica operando no contrato de leitura na imprensa popular e na imprensa de referência: a primeira consome a informação como uma intriga, um *récit*, e o sujeito-leitor não se coloca como agente da intriga mas como um leitor de *récit* e de *seus esquemas de prefiguração*; a segunda consome-a como uma *história*, e o sujeito-leitor coloca-se como agente dessa história, como participante-cidadão.

De todo modo, essa reflexão leva-nos a uma indistinção que parece caracterizar o ato de leitura: ele surge como um vetor de representações ou modelizações diversas da experiência, que se

³ Essa formulação de Ricoeur é comparável, em certo sentido, à de Charaudeau (1984) quando esse último propõe dois processos atuando na construção do sentido: processo de transação e processo de transformação. De um *mundo a significar*, que passa certamente pelos esquemas da percepção, a um *mundo significado*, ou atualizado por uma configuração semiológica, e, por fim, a um *mundo interpretado*, completa-se um círculo cujo resultado final é o produto de uma negociação operada entre agentes que comungam mais do que suas percepções sensoriais iniciais.

tornam objeto constante de mediação entre sujeitos. As validações, silenciosas ou explicitadas, funcionam como índices reguladores que permitem às interações prosseguirem o seu curso. Um problema relevante para toda análise do discurso e, no caso que nos interessa aqui, dos conceitos de contrato de comunicação e de contrato de leitura estaria relacionado à seguinte questão: o que dá a uma validação seu fundamento validante? Sem querer avançar elementos seguros de resposta, pois caberá à pesquisa procurá-los com maior rigor, enumeraremos apenas duas categorias que devem interessar à análise do discurso no estudo da leitura:

- *esquematisações*: paradigmas recebidos e transformados pela experiência que estruturam as expectativas do leitor e ajudam-no a reconhecer a regra formal, o gênero ou a situação de leitura. Por exemplo, em situação escolar, reconhecer não só os comportamentos esperados mas as posições de leitura que se devem assumir com os textos contidos em manuais didáticos. Nesses casos, um poema não está ali simplesmente para ser lido com a fruição que se espera de um texto literário fora do manual mas para ser interpretado, decodificado, formalizado, ensinado. Outro exemplo: uma narrativa ficcional sugere, no esquema tradicional, uma apreensão da linearidade da intriga (apresentação de uma situação inicial estável – complicação – superação – resolução – volta ao estado inicial ou mudança de estado). A ruptura da configuração linear talvez não resulte necessariamente na ruptura do esquema, na leitura, da apreensão linear. Uma configuração narrativa desfigurada pode delegar ao seu leitor o trabalho de re-configuração da ordem “natural”. Interpela, pois, o leitor em suas competências situacional (praxeológica) e lingüística.
- *semantizações*: paradigmas recebidos e igualmente transformados pela experiência que estruturam expectativas do

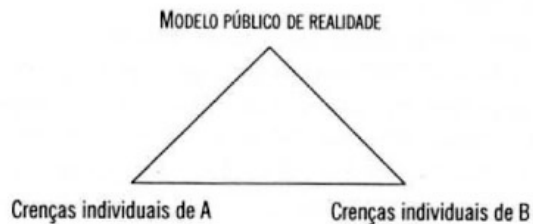
leitor relativas aos saberes de crença e de conhecimento e que funcionam como indicadores de tratamento para as problematizações (posicionamentos, inferências avaliativas, *topoi*, sistemas de valor etc.). São os elementos que interpelam o leitor em suas competências axiológica, enciclopédica, socioletal.

Essas duas categorias, vinculadas às competências requeridas, podem fundar substancialmente as validações e a estruturação do ato de leitura. O contrato de leitura efetiva-se, de um lado, quando os parâmetros da situação de leitura são suficientemente claros e reconhecíveis para servir de indicadores de tratamento e, de outro lado, quando o leitor, ao se posicionar, o faz assumindo a atitude de convivência esperada. Se assim for, projeções da instância de produção sobre a recepção se concretizam. Vale ressaltar, porém, que o leitor pode assumir uma posição correspondente no aspecto praxeológico, ou seja, validar o esquema ou situação de interação (ler um editorial de jornal), mas não assumir a posição esperada quanto ao aspecto semântico ao não validar os posicionamentos, ou não validar a maneira de falar (o socioleto proposto) ou, ainda, não validar os saberes envolvidos (de crença ou de conhecimento). Nesse caso, se retomarmos a reflexão inicial proposta por Ghiglione e aplicá-la ao nosso problema, terá havido uma situação potencialmente comunicativa mas não um contrato de comunicação efetivo, por não se acharem validados parâmetros importantes para um contrato de leitura.

Pensar o contrato de leitura sugere, portanto, refletir sobre o conceito de conformidade e, de passagem, sobre o conceito de enunciação e interpretação comunitária, por nós já apresentado em outro artigo (EMEDIATO, 2006). Para Francis Jacques (1983), “um discurso é tanto mais conforme às condições de boa formação enunciativa que quando ele é atualizado de maneira conjunta entre as instâncias enunciativas” (p. 50; tradução nossa).

É essa perspectiva de *mise en communauté* que funda a enunciação e sua condição de possibilidade. Por outro lado, a conformidade é objeto de apropriação, negociação e influência. Por isso temos relacionado o conceito de enunciação comunitária ao de apropriação, pelos sujeitos, dos parâmetros de conformidade, seguindo uma reflexão proposta por Berrendonner e Parret (1990), para quem a interação não se desenvolve a dois mas a três, colocando em cena não apenas dois “universos de crenças” individuais mas também um “modelo público de realidade”. Esse modelo triádico de Berrendonner e Parret permite-nos modalizar a dialética cooperação/colaboração, que pode ser também importante para a discussão de um contrato de leitura. Falar – e também ler – é co-operar sobre um modelo público de realidade, desenvolver e fazer evoluir conjuntamente o modelo oficialmente comum em direção a um estado estável, mas é também entrar em concorrência para tomar o controle do modelo de referência, desenvolvendo estratégias para inserir nele suas próprias crenças, valores e atitudes como tendo validade pública e intersubjetiva. Na produção textual, produzir – e ler – um texto seria, portanto, co-operar sobre um modelo comunitário e sobre as normas que fazem dele uma produção estável e reconhecível como pertinente na unidade grupal.

Retomamos aqui o esquema proposto por Berrendonner e Parret (1990) e já comentado em Emediato (2006):



Os interactantes, em suas ações comunicativas, referem-se sempre a discursos de referência que são dotados de uma dimensão normativa. De modo semelhante, toda produção textual – e todo ato de leitura – buscaria apropriar-se de uma intencionalidade enquanto sistema comunitário de referência e de significação, fazendo-a coincidir com a intenção do sujeito comunicante ou leitor, e de um certo modelo público de realidade, no qual ele procura inserir seus próprios valores e crenças, ativando e co-construindo uma memória das formas de expressão. É claro que, para servir ao discurso, as representações passíveis de serem evocadas por um modelo de referência devem ser compartilhadas e as duas partes devem estar asseguradas da partilha.

Para concluir esta reflexão, devemos considerar que as instâncias de produção e de recepção do discurso buscam referir-se ostensivamente aos padrões de conformidade, a fim de garantir um diálogo regular. É na exposição ostensiva dos padrões de conformidade que buscam assegurar-se da partilha e formalizar, imaginariamente, o contrato de leitura nas situações monolocutivas. Como os modelos de referência são aqueles que atendem justamente à conformidade e se apresentam como majoritários – e por isso são os mais valorizados socialmente –, a simulação de uma validação *a priori* termina por encontrar sua eficácia. Esse trabalho com a conformidade majoritária efetuado pelas situações monolocutivas (imprensa escrita, discurso político, publicidades etc.) faz com que eventuais não-validações efetivas surjam como reações minoritárias. A busca e o controle das posições conformes majoritárias parecem constituir, assim, o fundamento do contrato de leitura e de seus parâmetros de validação *a priori*.

Referências

- BERRENDONNER, A.; PARRET, H. *L'interaction communicative*. Berne: Peter Lang, 1990.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1984.
- EMEDIATO, Wander. A enunciação comunitária dos gêneros discursivos. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Org.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 299-310.
- FUCHS, Catherine. *La paraphrase*. Paris: Puf, 1982.
- GHIGLIONE, Rodolphe. Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. *Verbum*, Nancy, v. 7, 1984.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- JACQUES, Francis. La mise en communauté de l'énonciation. *Langages*, Paris, n. 70, p. 50, jun. 1983.
- MOUILLAUD, Maurice. Posturas do leitor. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002.
- RICOEUR, Paul. L'intrigue et le récit historique. In: RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Editions du Seuil, 1983. v. 1.
- TÊTU, Jean-François. Le Monde e Liberação em perspectiva: referência e significação. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002.
- VERON, Eliseo. Quand lire, c'est faire: l'énonciation dans le discours de la presse écrite. In: *Sémiotique II*. Paris: Institut de Recherches e d'Etudes Publicitaires, 1984. p. 33-56.